Panorama da presença feminina na Extensão rural pública no sul do Rio Grande do Sul

Panorama of women`s presence in public rural extension in southern Rio Grande do Sul

Marielen Priscila Kaufmann
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Pelotas, RS, Brasil
Carolina Gonçalves Pankowski
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Pelotas, RS, Brasil
Alain Hernández Santoyo
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Pelotas, RS, Brasil
Lúcio André de Oliveira Fernandes
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Pelotas, RS, Brasil

GT08. Extensão Rural e Diálogos Interculturais

Resumo: O artigo analisa a presença feminina na extensão rural pública da Emater/RS-Ascar na regional Pelotas, localizada no Território Zona Sul do Rio Grande do Sul. O estudo, de abordagem quantitativa, utilizou dados secundários fornecidos pela instituição referentes a 22 escritórios municipais, totalizando 90 profissionais, dos quais 40 são mulheres (44,5%). Os resultados indicam que, embora haja expressiva participação feminina, persistem desigualdades estruturais: apenas 7 escritórios são chefiados por mulheres (31,8%), enquanto 15 são chefiados por homens (68,2%). Os dados indicam que a liderança feminina acontece, na maioria dos casos, quando há mais que 50% de mulheres no escritório municipal. A literatura discutida aponta que a baixa participação feminina em cargos de liderança está associada à hegemonia masculina no setor, à persistência de vieses de carreira e ao machismo estrutural presente no meio rural. Ademais, a presença feminina predomina nos cargos da área social, enquanto os homens concentram-se majoritariamente nas áreas técnicas agropecuárias, evidenciando uma clara divisão sexual do trabalho. A análise etária revelou maior paridade entre os sexos na faixa etária de 18 a 30 anos, sugerindo mudanças recentes no perfil de profissionais. Contudo, entre os profissionais mais experientes (acima de 40 anos), a desigualdade de gênero mantém-se acentuada. Conclui-se que, apesar dos avanços na composição dos quadros técnicos, a Emater/RS-Ascar na regional Pelotas ainda enfrenta desafios relacionados à equidade de gênero, especialmente no acesso a funções de gestão e na segregação horizontal das funções.
Palavras-chave: desigualdades de gênero, divisão sexual do trabalho, cargos de liderança, Emater/RS-Ascar, território zona sul.

Abstract: The paper analyses the presence of women in public rural extension services of Emater/RS-Ascar in the Pelotas regional office, located in the Zona Sul Territory of Rio Grande do Sul. The study, based on a quantitative approach, used secondary data provided by the institution regarding 22 municipal offices, totalling 90 professionals, of whom 40 are women (44.5%). The results indicate that, although there is significant female participation, structural inequalities persist: only 7 offices are headed by women (31.8%), while 15 are headed by men (68.2%). The data indicate that female leadership occurs, in most cases, when women represent more than 50% of the municipal office staff. The literature discussed points out that the low female participation in leadership positions is associated with male hegemony in the sector, the persistence of career biases, and the structural machismo present in rural environments. Furthermore, female presence predominates in social area positions, while men are concentrated mainly in agricultural technical areas, evidencing a clear sexual division of labor. The age analysis revealed greater parity between the sexes in the 18 to 30 age group, suggesting recent changes in the professional profile. However, among more experienced professionals (over 40 years old), gender inequality remains pronounced. In conclusion, despite advances in the composition of technical staff, Emater/RS-Ascar in the Pelotas regional office still faces challenges related to gender equity, especially in access to management positions and the horizontal segregation of functions.
Keywords: gender inequalities, sexual division of labor, leadership positions, Emater/RS-Ascar, zona sul territory.

1. Introdução

A Extensão rural pública, enquanto política de Estado, constitui-se como um instrumento estratégico para a superação de desigualdades sociais no campo, indo além da mera transferência de tecnologias e conhecimentos técnico-produtivos. Mesmo com as últimas reformulações, seguindo propostas conservadoras e a retomada de um viés produtivo (Diesel *et al*., 2021), a Extensão rural é a política pública mais presente e mais próxima do campo. Ao atuar na mediação entre agricultores familiares e políticas públicas, como o Pronaf, e ao promover abordagens participativas e pedagogias feministas, a ATER assume o papel de fomentar a autonomia, a cidadania e o protagonismo de grupos historicamente marginalizados, com destaque para as mulheres rurais.

A Emater/RS-Ascar, instituição de assistência técnica e extensão rural pública no Rio Grande do Sul (RS), se organiza de forma descentralizada e hierarquizada, atuando em parceria com o governo do estado e prefeituras municipais. Sua estrutura é composta por uma sede estadual, regionais administrativas (escritórios regionais), municipais (escritórios locais) e unidades de referência técnica, contando com equipes multidisciplinares de profissionais formados em diversos cursos. A atuação é articulada com sindicatos, cooperativas, associações e conselhos municipais de desenvolvimento rural, visando promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, a segurança alimentar e a sucessão rural, a partir de uma perspectiva participativa.

A discussão acerca das desigualdades de gênero na agricultura inscreve-se em um campo analítico que evidencia como as assimetrias de poder, o acesso diferencial a recursos produtivos (terra, crédito, tecnologia) e a divisão sexual do trabalho têm historicamente relegado as mulheres agricultoras a posições de subalternidade e invisibilidade no meio rural. Nesse contexto, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) tem se consolidado como um instrumento crucial para apoiar as agricultoras, especialmente quando conduzida por profissionais mulheres, que demonstram maior sensibilidade às questões de gênero e às realidades vivenciadas no campo (Siliprandi, 2015). Assim, superar as barreiras de gênero na agricultura exige que se analise as estruturas que dão suporte as relações sociais estabelecidas, tais como as instituições que ofertam a ATER no país.

A partir desse contexto, o estudo pretende contribuir com o entendimento da posição em que as mulheres extensionistas ocupam e como estão distribuídas na instituição pública do RS. Sendo assim, o objetivo do artigo é analisar a composição dos escritórios municipais e a

posição que ocupam as mulheres extensionistas da Emater/RS-Ascar na regional Pelotas, localizada no Território Zona Sul do Rio Grande do Sul.

2. Revisão da Literatura

De acordo com a análise histórica da extensão rural brasileira, a justificativa que fundamentou a ação extensionista baseava-se no pressuposto de que as precárias condições socioeconômicas e a baixa qualidade de vida no meio rural eram decorrentes, primordialmente, do desconhecimento técnico dos produtores, o que configurava um entrave ao desenvolvimento da agricultura e da indústria nacional (Fonseca, 1985). Essa perspectiva sustentou e fundamentou o trabalho da Extensão rural por décadas, até que no fim dos anos 1980 inicia-se um processo crítico e que gradativamente instaurando novas bases para a Extensão rural no Brasil. No entanto, essa fase desenvolvimentista estabelece bases concretas e subjetivas e condiciona o trabalho extensionista, mesmo que atualmente tenhamos novas orientações.

Nesse contexto desenvolvimentista, em 1949, foram iniciadas as missões técnicas envolvendo extensionistas brasileiros e estadunidenses no interior do estado de Minas Gerais, compostas por especialistas em agricultura (predominantemente engenheiros agrônomos) e por profissionais de economia doméstica (mulheres especializadas nessa área), seguindo o modelo americano que inspirou a política brasileira, sintetizado na expressão “um agrônomo, uma professora e um jipe”. A estrutura operacional da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) nos municípios onde mantinha escritório incluía um supervisor agrícola, uma supervisora doméstica, uma auxiliar administrativa e um veículo utilitário (jipe) (Fonseca, 1985).

Pela descrição da pesquisadora Maria Teresa da Fonseca, é possível perceber nesse período uma distinção entre os sexos e atribuído as funções que cada profissional deveria exercer. O agrônomo, um homem que deveria atender outros homens agricultores e a professora a mulher, que deveria atender as mulheres, esposas dos agricultores, indicando que as tarefas no rural eram divididas por sexo. O trabalho de Paulilo (1987) já apontava que o rural é estruturado por normas patriarcais que atribuem aos homens o papel de provedor e chefe do domicílio, enquanto às mulheres são reservadas as esferas doméstica e reprodutiva, sendo seu trabalho produtivo frequentemente deslegitimado como "ajuda".

O machismo estrutural no meio rural manifesta-se de forma evidente na organização do trabalho agrícola, onde persiste uma rígida divisão sexual do trabalho: às mulheres cabem as tarefas não remuneradas de cuidado doméstico, enquanto os homens detêm o controle sobre a

comercialização e os recursos produtivos (Herrera, 2016). Essa assimetria reflete-se igualmente no acesso desigual à terra, pois mesmo participando ativamente da produção, muitas mulheres não são reconhecidas como produtoras, já que a propriedade permanece predominantemente registrada em nome dos maridos (Brumer, 2004; Herrera, 2016).

Estudos apontam que este contexto não é atrativo para as mulheres, fazendo com que muitas desejem outras profissões, que não a agricultura, e abandonem o campo e a atividade agrícola. Esse processo é evidenciado pelos dados censitários dos últimos ano, em que se observa um processo de masculinização da população rural (Costa *et al*., 2015; Dos Anjos, Caldas, 2005).

Não obstante esse cenário adverso, registram-se avanços por meio de iniciativas como os programas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com perspectiva de gênero, que visam fortalecer a autonomia econômica das mulheres (Siliprandi, 2015; Silva *et al*., 2020).

A ATER tem sido um instrumento crucial para apoiar as agricultoras, especialmente quando conduzida por profissionais mulheres, que demonstram maior sensibilidade às questões de gênero (Siliprandi, 2015). O trabalho extensionista também contribui para o acesso as políticas públicas, tais como o Pronaf, como indicam Brumer e Spanevello (2012), sendo fundamental um acompanhamento mais próximo e contínuo das agricultoras. As autoras evidenciam que para acessar o Pronaf mulher, o papel dos mediadores foram cruciais para o sucesso do acesso ao recurso e da execução das atividades.

A pesquisa realizada com extensionistas do órgão oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural do Espírito Santo demonstrou que os profissionais tendem a reproduzir paradigmas de gênero enraizados, negligenciando a construção da equidade em seu trabalho cotidiano (Silva *et al*., 2020). Para os autores, essa realidade é agravada pela persistência de um modelo extensionista tradicional, de caráter difusionista, que historicamente privilegiou os homens como interlocutores principais, excluindo as mulheres dos processos de tomada de decisão e do acesso a tecnologias, crédito e assistência técnica direcionada. A superação desse quadro exige mudanças nos paradigmas de gênero tanto no âmbito acadêmico quanto nas próprias instituições de extensão rural, com a implementação de abordagens participativas e pedagogias feministas que promovam a autonomia e o protagonismo das mulheres agricultoras (Silva *et al.,* 2020).

A baixa participação das mulheres na Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) é um fenômeno globalmente documentado, resultante de uma complexa interação entre barreiras institucionais e socioculturais. Uma revisão sistemática da literatura publicada em 2025, que

analisou 111 artigos, conclui que focar apenas nas características individuais das mulheres, como sua educação ou carga de trabalho, é insuficiente para explicar essa exclusão (Nyberg *et al*., 2025). O estudo evidencia que é necessário considerar as relações de poder e as normas sociais enraizadas que perpetuam a desigualdade, onde mulheres agricultoras frequentemente se sentem desconfortáveis na presença de extensionistas (majoritariamente homens) e carecem de confiança para buscar suporte, ao mesmo tempo que enfrentam uma dupla jornada de trabalho que limita seu tempo para treinamentos (Nyberg *et al*., 2025). Complementarmente, uma análise crítica sobre organizações de extensão agrícola aponta que diferenças de gênero, como viés de carreira e papéis estereotipados, têm um efeito prejudicial sobre as trabalhadoras de extensão, criando ambientes que dificultam tanto o acesso das mulheres agricultoras aos serviços quanto a atuação das próprias extensionistas no setor (Maulida *et al.,* 2025).

Ademais, observa-se uma sistemática exclusão feminina dos espaços decisórios, como cooperativas e associações rurais, majoritariamente lideradas por homens, o que limita sobremaneira a participação política das mulheres no desenvolvimento rural (Carneiro, 2001). A literatura científica aponta que a falta de oportunidades para mulheres em cargos de liderança na extensão rural está estruturalmente associada à hegemonia masculina no setor e à persistência de vieses de carreira que subordinam as posições femininas (Maulida *et al.,* 2025). Ademais, os autores indicam que fatores como conflitos entre trabalho e família, políticas de gênero de difícil implementação prática e a persistência de estereótipos que associam liderança ao gênero masculino contribuem para a exclusão feminina dos espaços decisórios (Maulida *et al.*, 2025).

3. Metodologia

O estudo está compreendido na regional Pelotas da Emater-RS/Ascar, inserido no Território Zona Sul do Rio Grande do Sul, composto por 22 municípios: Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santana da Boa Vista, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu, conforme pode ser observado na Figura 1.

Figura 1 - Mapa do Território Zona Sul do Rio Grande do Sul - RS.

O território apresenta uma estrutura fundiária baseada majoritariamente em estabelecimentos rurais menores que 50 hectares, que se concentram em três municípios, sendo eles Canguçu, São Lourenço do Sul e Pelotas (Peroni *et al*., 2018). Esses estabelecimentos rurais, em sua grande maioria, são geridos por agricultores familiares de origem étnica variada, sendo ocupados por diversos povos europeus, populações de remanescentes de quilombos e populações indígenas (Silva, 2009).

Trata-se de um estudo quantitativo, com análise de dados secundários, obtidos junto à Emater/RS-Ascar. A instituição forneceu uma planilha contendo os dados da estrutura operacional e da organização das equipes no fim do ano de 2025. Os dados acessados foram a listagem de extensionistas rurais e sociais, assistente administrativos e assistentes de serviços gerais por município no território, formação, idade, cargo ocupado e sexo. Para análise dos dados, será utilizada estatística descritiva para apresentação do perfil das extensionistas, com o apoio do Excel para a tabulação dos dados e das figuras apresentadas na seção resultados.

Para a análise dos dados não foram incluídos dados da Unidade de Cooperativismo (UCP), da Clínica Fitossanitária, do Centro Regional de Qualificação Profissional de Produtores Rurais de Canguçu (CETAC) e do Escritório Regional, instituições que compõem a Emater/RS-Ascar de Pelotas. Essa decisão reside no fato de que a composição dessas

instituições é muito diversa e contempla profissionais de várias categorias. Foram analisados, portanto, dados dos 22 escritórios municipais que contemplam essa regional.

4. Resultados

Na regional há 22 escritórios municipais, composto por 90 profissionais que ocupam diferentes funções na empresa. Destes, 40 são mulheres presentes em 19 municípios, ou seja, três escritórios municipais não têm mulheres na sua composição, sendo eles: Amaral Ferrador, Chuí e Pedras Altas (Tabela 1).

Tabela 1 – Porcentagem de mulheres nos escritórios municipais

Quantidade de mulheres nos escritórios municipais	%
Não possui	13,60%
Até 25%	9,10%
26% a 50%	41%
51% a 75%	22,70%
Acima de 75%	13,60%

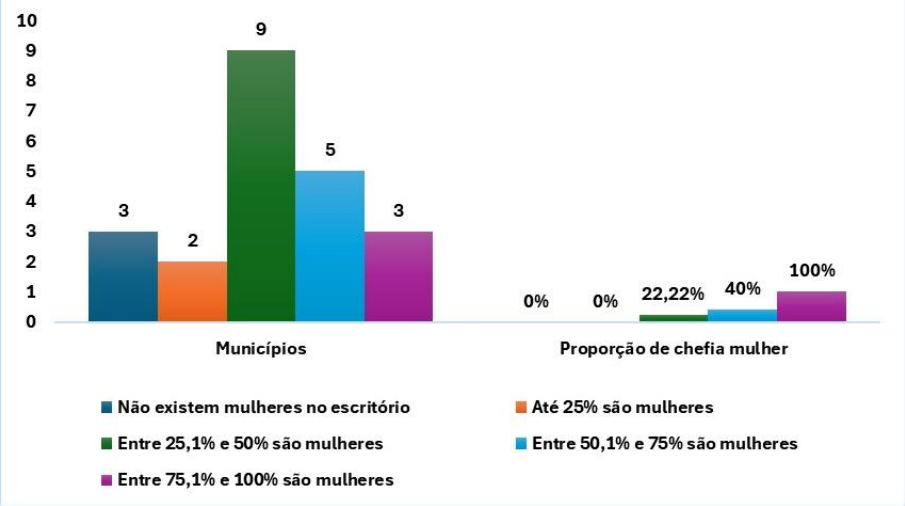
Do total dos municípios, é possível identificar que a maioria deles possui de 26 a 50% de mulheres em sua composição (41%). Apenas 8 escritórios (36.3%) possuem mais da metade de mulheres na composição, sendo que 22.7% possuem de 51% a 75% e 13,6% acima de 75%. Neste último grupo os três escritórios analisados toda a formação do escritório municipal é composto por mulheres.

Silva e colaboradores (2020) evidenciam que a baixa participação das mulheres na Extensão Rural, incluindo em instituições como a Emater/RS-Ascar, está associada à naturalização das desigualdades de gênero pelos próprios extensionistas, que frequentemente não desenvolvem ações para incentivar a participação feminina nas políticas públicas. Considerando que a maioria dos extensionistas rurais são homens, essa percepção de gênero e esse olhar para a questão feminino no rural muitas vezes não é priorizado dentre todas as demandas que possuem esses profissionais.

Quando analisados os dados de chefia de escritório há uma discrepância significativa. Dos 22 escritórios municipais, apenas em 7 o cargo de chefia é de mulheres, o restante, 15 escritórios são chefiados por homens. Cabe mencionar que a chefia de escritório é um cargo transitório e atribuído a um profissional responsável por gerenciar as atividades da instituição em um município específico, atuando como o elo entre a administração regional e o atendimento direto aos produtores rurais.

Os dados indicam, conforme pode ser observado na Figura 2, que mesmo estando presentes nos escritórios municipais, na maioria dos casos, a mulher assume cargo de chefia de escritório quando são maioria na formação das equipes a nível de município: ser a equipe completa feminina ou ter mais de 51% de mulheres no escritório. A maioria dos casos, onde há até 50% de mulheres na equipe, a chefia é uma função atribuída ao sexo masculino.

Figura 2 – Presença de mulheres vs cargo de chefia



Mesmo que para essa função exija outras qualificações, é discutível que os dados sejam discrepantes em relação a chefia, já que são 44,5% de mulheres presentes nos escritórios municipais. A literatura indica que a falta de oportunidades para mulheres em cargos de liderança na extensão rural está estruturalmente associada à hegemonia masculina no setor e à persistência de vieses de carreira que subordinam as posições femininas. No estudo conduzido por Yuhan Farah Maulida *et al*. (2025) os autores evidenciam que, embora a contratação de mais extensionistas rurais seja defendida para reduzir a desigualdade de gênero no acesso aos serviços de extensão, as mulheres continuam sub-representadas em funções de supervisão e gestão. Este estudo compreende uma revisão sistemática de literatura, que analisa uma grande diversidade de instituições dispersas em todo o mundo.

No Brasil, tem-se, desde 1988, a exigência de processo seletivo para a contratação de profissionais para as instituições que teoricamente reduz a possibilidade de contratação direcionada. No entanto, conforme o estudo também aponta, as carreiras ligadas a agricultura, especialmente aquelas das Ciências Agrárias tradicionalmente eram preteridas e incentivadas que fossem carreiras por pessoas do sexo masculino. Esse é um dos reflexos do machismo

estrutural presente na cultura brasileira e que perdurou por muitos anos sendo normalizado na sociedade.

Atualmente, várias pesquisas indicam mudanças nesse perfil (Gouvêa, 2023; Ferreira dos Santos *et al.,* 2025), evidenciando que há uma maior paridade na formação nos Cursos das Ciências Agrárias, sendo que em algumas, como a Medicina Veterinária já é perceptível uma presença majoritária de mulheres sendo formadas no Brasil. Isso traz para as profissões uma possibilidade de rediscutir os papeis associados aos gêneros, a luta pela redução das desigualdades e uma maior visibilidade das problemáticas associadas a mulher no rural.

Complementando o panorama do perfil dos extensionistas, a maioria dos profissionais possui entre 41 e 60 anos de idade, conforme consta na tabela 2. Em média possuem mais de dez anos de contratação, podendo variar de 40 a menos de um ano. Percebe-se pelos dados fornecidos, que os profissionais mais antigos, se mantem uma desigualdade entre os sexos, enquanto os mais novos e possivelmente contratados recentemente uma maior paridade entre profissionais homens e mulheres.

Tabela 2 – Distribuição das idades e entre os sexos dos profissionais presentes nos escritórios municipais da regional Pelotas da Emater/RS-Ascar

Idade	**18-30**	**31-40**	**41-50**	**51-60**	**60+**
Mulheres	1	14	19	8	9
Homens	2	13	19	16	11
Total	3	27	38	24	20

A Emater-RS/Ascar possui em sua estrutura diversos cargos contratados. Dos extensionistas rurais, são divididos em de nível superior e nível médio tanto para a área da agropecuária quanto para a área social. Além disso, os escritórios contam com assistentes administrativos e assistente de serviços gerais.

Conforme os dados analisados e indicados na Tabela 3, há uma diferença significativa de distribuição dos cargos. Enquanto a área agropecuária, ou chamada de área técnica é verificável uma predominância de colaboradores do sexo masculino (cerca de 70%), tanto de nível superior quanto de nível médio, para os cargos da área social, são majoritariamente mulheres que desempenham essa função.

Tabela 3 – Distribuição dos profissionais quanto ao cargo ocupado e ao sexo

Quadro de técnica(o)	ERNM - agro	ERNS - Agro	ERNM - Social	ERNS - Social	AA	ASG
Feminino	8	8	13	5	4	2
Masculino	22	23	2	2	1	
Total	30	31	15	7	5	2

Legenda: ERNM – Extensionista rural nível médio; ERNS – Extensionista rural nível superior; AA – Assistente administrativo; ASG – Assistente de Serviços Gerais.

Os profissionais contratados para o cargo de Extensionista rural são majoritariamente das Ciências Agrárias, sendo as formações Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia a maioria delas. Já para cargos de nível médio a maioria são técnicos agrícolas. Já os profissionais da área social são bem mais abrangentes, tendo profissionais da Pedagogia, Biologia, Desenvolvimento Rural, Sociologia, Enfermagem, entre outros. No nível técnico há uma predominância de profissionais com Magistério. Os profissionais Assistente administrativo e de serviços gerais possuem ocupações ligadas a área administrativa, sendo também majoritariamente ocupado por mulheres.

5. Considerações finais

Com base nos dados analisados e no referencial teórico apresentado, evidencia-se que, embora as mulheres representem 44,5% do quadro funcional dos escritórios municipais da Emater/RS-Ascar no Território Zona Sul, persistem barreiras estruturais à sua ascensão a cargos de liderança, uma vez que apenas 7 dos 22 escritórios são chefiados por mulheres. Os dados indicam que a função de chefia é majoritariamente ocupada por homens (68,2%), mesmo em contextos onde a participação feminina na equipe é significativa, sugerindo a permanência de vieses de carreira e hegemonia masculina nos espaços decisórios da instituição. Ademais, observa-se uma clara divisão sexual do trabalho no interior da organização, com homens concentrados majoritariamente nas áreas técnicas (agropecuária) e mulheres predominando nos cargos da área social, o que reforça a reprodução de estereótipos de gênero historicamente associados às esferas produtiva e reprodutiva, respectivamente.

A análise etária dos profissionais revelou que, entre os trabalhadores mais jovens (faixa de 18 a 30 anos), observa-se maior paridade entre os sexos, o que pode indicar mudanças recentes no perfil de formados nas Ciências Agrárias, impulsionadas pelo aumento da participação feminina nesses cursos. Contudo, entre os profissionais mais experientes (acima de 40 anos), a desigualdade de gênero se mantém mais acentuada, sugerindo que as transformações no perfil formativo ainda não se traduziram plenamente em alterações

substantivas na estrutura hierárquica e na distribuição de poder dentro da instituição. Esse cenário aponta para a necessidade de políticas institucionais que não apenas ampliem a presença feminina nos quadros técnicos, mas que efetivamente promovam o acesso equitativo das mulheres às funções de supervisão e gestão.

Conclui-se, portanto, que a Emater/RS-Ascar na Regional Pelotas, embora conte com significativa representação feminina em seu corpo funcional, ainda enfrenta desafios relacionados à equidade de gênero em sua estrutura organizacional, particularmente no que tange à ocupação de cargos de chefia e à segregação horizontal das funções. Recomenda-se a implementação de ações afirmativas e programas de capacitação com perspectiva de gênero para extensionistas, bem como a revisão de processos de recrutamento e promoção interna, visando à construção de ambientes institucionais mais inclusivos e sensíveis às questões de gênero. Estudos futuros poderiam ampliar a análise para outras regionais da instituição e fornecer dados mais robustos que possam apoiar a tomada de decisão a favor da redução das desigualdades de gênero na instituição.

Referências

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-27, jan./abr. 2004.

BRUMER, Anita; SPANEVELLO, Rosani Marisa. O papel dos mediadores no acesso das mulheres ao PRONAF mulher. **Revista Anthropológicas**, v. 23, n. 1, 2012.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 01, p. 22-55, 2001.

COSTA, Alfredo; MATOS, RE da S.; VALLE, M. F. Análise dos processos de masculinização no meio rural dos municípios brasileiros segundo porte populacional e grau de modernização da agropecuária. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 10, n. 21, 2015.

DIESEL, Vivien et al. Política de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: um caso de desmantelamento? **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 3, p. 597-634, 2021.

DOS ANJOS, Flavio Sacco; CALDAS, Nádia Velleda. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaios FEE**, v. 26, n. 1, p. 661-694, 2005.

HERRERA, Karolyna Marin. Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 208–233-208–233, 2016.

FERREIRA DOS SANTOS, Felipe Nathan; TEIXEIRA RODRIGUES, Allan Christopher; DA COSTA SILVA, Maria Micheliana. Desigualdade de gênero no acesso aos cursos superiores da área de Ciências Agrárias. **Brazilian Review of Economics & Agribusiness/Revista de Economia e Agronegócio**, v. 23, n. 1, 2025.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A extensão rural no Brasil**: um projeto educativo para o capital. Edições Loyola, 1985.

GOUVÊA, Tatiani Gomes. **As mulheres nas Ciências Agrárias**: desafios face ao regime de gênero e à divisão sexual do trabalho. 2023. 224 f. Tese (Doutorado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2023.
MAULIDA, Yuhan Farah; PALANIAPPAN, Gomathy; VAN BOMMEL, Severine. What impact do gender differences have on agricultural extension organizations? A critical review. **Gender, Technology and Development**, v. 29, n. 3, p. 414-437, 2025.
NYBERG, Ylva et al. Supporting access and implementation of agricultural extension services for female smallholder farmers–a systematic review. **International Journal of Agricultural Sustainability**, v. 23, n. 1, p. 2505387, 2025.
PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.
PERONI, N. D.; PEGLOW, K.; KOHLER, R. Intercooperação: estratégia para o desenvolvimento rural sustentável e promoção da segurança alimentar no Território Zona Sul (RS). **Natural Resources**, v. 8, n. 2, p. 1-10, 2018.
SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2015.
SILVA, K. M. da. **Patrimônio Cultural, Ruralidade e Identidade Territorial**: diversidade na Colônia de Pelotas-RS. Pelotas: UFPEL, 2009. 228f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.
SILVA, Alessandra Maria da et al. Extensão rural e construção da equidade de gênero: limites e possibilidades. **Revista de Economia e Sociologia rural**, v. 58, p. e187845, 2020.
VILLWOCK, Ana Paula Schervinski; GERMANI, Alessandra Regina Müller; DOS SANTOS RONCATO, Patrícia Eveline. Questões de gênero no mundo rural e na extensão rural brasileira. **Alamedas**, v. 4, n. 1, 2016.